

Leis que racham o concreto

Para evitar a descaracterização da Brasília Patrimônio, Iphan move 206 ações, parte delas contra o Poder Legislativo

DARSE JÚNIOR E
LUÍSA MEDEIROS

O Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) ajuizou, nos últimos dois anos, 206 ações contra atos da administração pública,

das quais cerca de 50 foram julgadas em primeira instância a favor do órgão de preservação. Entre os pontos mais questionados está a atuação da Câmara Legislativa. Dos processos instaurados, grande parte diz respeito a supostas irregularidades

autorizadas por leis distritais. São, aproximadamente, 25 normas, que, segundo o Iphan, são inconstitucionais e têm de ser revistas.

Entre os textos mais criticados estão os que dispõem sobre o Plano Diretor de Publicidade, um arcabouço que

trata das ocupações dos espaços aéreo e público, a alteração de uso de determinadas áreas, como no Setor de Clubes Esportivos Sul, e as construções individuais em coberturas nas quadras residenciais – o que significaria o sétimo andar privati-

vo. Regulamentos que o Iphan considera uma afronta aos tombamentos nacional e internacional da capital federal e à própria concepção de Lúcio Costa.

"Muitas vezes, a Câmara Legislativa presta um desserviço à comunidade. Chego a

questionar minha posição, quando do Diretas Já, lutando pela democracia e instalação de um governo independente no Distrito Federal", afirma o superintendente do Iphan, Cláudio Queiroz. Para ele, a atuação da Câmara sofre pressões financeiras.

